
INFLUÊNCIA DOS GRUPOS DE INTERESSE NO PROCESSO DE NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL: O CASO DO DISCUSSION PAPER SOBRE LEASING

Carlos Henrique Silva Do Carmo¹

Alex Mussoi Ribeiro²

Luiz Nelson Guedes de Carvalho³

▪ Artigo recebido em: 17 /03/2014 ▪▪ Artigo aceito em: 22/08/2014 ▪▪▪ Segunda versão aceita em: 08/01/2015

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar a influência de grupos de interesse (*lobby*) no processo de normatização contábil internacional empreendido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Para cumprir tal meta, foram utilizadas as 302 cartas de comentários enviadas ao IASB por conta do *discussion paper Leases Preliminary Views* no período de março a julho de 2009. Os respondentes foram classificados em preparadores, profissionais contábeis, normatizadores, acadêmicos. Além disto, foram testadas características como o número de representantes nativos no *board* do IASB, o montante total de financiamento do *Board* efetuado pelas entidades do país do respondente e o índice de capitalização do mercado local. Em seguida foram identificadas as opiniões de cada respondente em relação à nova contabilização proposta para as entidades arrendatárias em relação aos contratos de *leasing*. Utilizou-se da técnica da regressão logística para verificar se as características identificadas nos respondentes tiveram influência na posição manifestada pelo IASB no *Exposure Draft* sobre *Leasing* emitido logo após o *discussion paper*. Os resultados sugerem que apenas as opiniões de Profissionais contábeis, normatizadores nacionais e acadêmicos exerceram influência nas decisões tomadas pelo normatizador contábil no caso do *Leasing*.

Palavras-Chave: Lobbying; Grupos de Interesse; Regulação Contábil; IASB; Leasing.

¹ Doutor em Controladoria e Contabilidade. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Endereço: Rua Samambaia, s/n - Campus Samambaia, Goiânia - GO, 74001-970. E-mail: chscarmo@uol.com.br. Telefone: (62) 3521 1554.

² Doutor em Controladoria e Contabilidade. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Endereço: Rua Samambaia, s/n - Campus Samambaia, Goiânia - GO, 74001-970. E-mail: areksu@terra.com.br. Telefone: (62) 3521 1554.

³ Doutor em Controladoria e Contabilidade. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, FEA-3 - Cidade Universitária - São Paulo – SP, 05508-010. Email: lnelson@uol.com.br.

INFLUENCE OF INTEREST GROUPS IN THE PROCESS OF INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDIZATION: THE CASE OF THE DISCUSSION PAPER ABOUT LEASING

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the influence of interest groups (lobby) in the international accounting standard-setting process undertaken by the International Accounting Standards Board - IASB. To fulfill this goal, we used the 302 comment letters sent to the IASB discussion paper on behalf of the Leases Preliminary Views from March to July 2009. Respondents were classified as preparers, accounting professional, standard-setters, academics. Furthermore, other characteristics were also tested as the number of representatives from each respondent in the board of the IASB, the total amount of funding made by authorities of the country of the respondent to the board and the capitalization ratio of local market. They were then identified each respondent's opinions regarding the new proposed accounting procedures in relation to tenants leasing contracts. We used the technique of logistic regression to determine whether the characteristics identified in respondents had influence on the position expressed by the IASB Exposure Draft on Lease issued shortly after the discussion paper. The results suggest that only the opinions of accounting professionals, academics and national standard-setters have exerted influence on decisions made by accounting standard-setting in the case of Leasing regulation.

Keywords: Lobbying; Interest Groups; Accounting Regulation; IASB; Leasing.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente contábil mundial está passando por momentos de grande transformação. Eventos ocorridos nos últimos anos, tais como, a decisão da União Européia de tornar obrigatório o atendimento as normas expedidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB; o acordo entre o *Financial Accounting Standards Board* - FASB e o IASB para a redução das divergências entre as normas expedidas pelos dois órgãos; a decisão da *Securities and Exchange Commission* - SEC de permitir que as empresas estrangeiras com ações negociadas nas bolsas americanas pudessem apresentar suas demonstrações baseadas nas *International Financial Reporting Standards* - IFRS; a crise econômica global que iniciada em 2007 deixou resquícios nas maiores economias mundiais e exerce influência sobre o ambiente contábil atual e a aceleração do processo de convergência dos padrões contábeis de diversos países ao redor do mundo, têm aumentado a atenção ao processo regulatório do IASB, refletindo em uma maior participação em suas consultas públicas (GERGIOU, 2010; SHORTRIDGE e SMITH, 2009; SEC, 2007; YU, 2006).

As IFRS são normas emitidas pelo IASB seguindo um roteiro de seis etapas (1ª definição da agenda de discussões; 2ª planejamento do projeto; 3ª

opcionalmente, o IASB pode elaborar e apresentar um documento para discussão; 4ª elaboração e apresentação de uma minuta de exposição de uma nova norma ou de alteração de uma norma existente; 5ª elaboração e publicação da norma e; 6ª análise dos impactos e dos possíveis imprevistos decorrentes da aplicação da norma). Tal roteiro envolve um amplo processo de consulta pública, com a participação de pessoas e organizações interessadas de todo o mundo (BALL, 2006; INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING AND STANDARDS [IFRS], 2011a).

No procedimento de consulta estabelecido pelo IASB (apresentação das minutas das normas ou documentos para discussão) são solicitados comentários por meio das chamadas cartas de comentários ou *comment letters*. Tais cartas são os meios em que os interessados podem se expressar sobre os assuntos tratados, expor suas opiniões, concordar ou divergir com a norma e, com isto, exercer pressão a fim de influenciar a emissão de futuras normas ou de alterações das já existentes (HANSEN, 2011; JORISSEN, LYBAERT e VAN DE POEL, 2006). As ações pelas quais as partes interessadas tentam influenciar os normatizadores contábeis são conhecidas por *lobbying* e vão desde a emissão de cartas de comentários para as consultas públicas, à pressões diretas exercidas sobre os membros dos reguladores (SUTTON, 1984; ZEFF, 2002; GEORGIU, 2004). No entanto, apesar das várias possibilidades do exercício de *lobbying*, estudos anteriores demonstraram que tais abordagens são significativamente associadas ao uso de cartas de comentários, daí ser este o método mais utilizado para investigar esse tipo de assunto (GEORGIU, 2004; KONIGSGRUBER, 2009).

Apesar de existirem inúmeros trabalhos que investigaram a ação de grupos de interesse sobre os normativos contábeis ao redor do mundo, a maioria deles se concentrou em analisar o processo ocorrido nos reguladores estadunidenses ou britânicos (WATTS e ZIMMERMANN, 1978; SUTTON, 1984; TANDY e WILBURN, 1992; TANDY e WILBURN, 1996; GEORGIU, 2004; GEORGIU, 2005; GEORGIU e ROBERTS, 2004; STENKA e TAYLOR, 2010; ALLEN e RAMANNA, 2010). São poucos os trabalhos empíricos realizados no âmbito do IASB e um número menor ainda compreendendo o período posterior a sua reformulação ocorrida em 2001 (YU, 2006; HANSEN, 2011; GEORGIU, 2010).

Tendo em vista esta escassez de trabalhos sobre o IASB e o ganho de relevância do órgão como normatizador nos últimos anos, o objetivo desta pesquisa é estudar o processo de elaboração e emissão de normas contábeis empreendido pelo IASB sob a perspectiva do *lobbying*, analisando a maneira com que os grupos de interesses interagem no exercício de pressão e qual é a influência de tais grupos no resultado deste processo. A questão de pesquisa que direciona este trabalho é: quais os grupos de interesse e variáveis institucionais que influenciaram o processo regulatório do IASB na elaboração da norma de arrendamento mercantil?

Para investigar esta questão foi escolhido o *Discussion Paper* denominado *Leases Preliminary Views*. Ele foi selecionado por ser considerado polêmico, podendo dividir a opinião dos interessados e refletir quais grupos e variáveis possuem maior peso na decisão do *Board*. Desta forma, o presente artigo buscou investigar a influência de grupos de interesse no processo de

normatização contábil internacional empreendido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, a fim de identificar uma possível associação de características específicas dos respondentes das cartas de comentários e seu impacto nas decisões do regulador Internacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria dos Grupos de Interesse

A análise do processo de elaboração de normas contábeis, na forma empreendida por normatizadores como FASB e IASB, se insere no contexto dos estudos sobre regulação e têm sido investigados por meio do referencial teórico baseado nas teorias sobre regulação econômica (LEUZ e WYSOCKI, 2008; BUSHMAN e LANDSMAN, 2010; KOTHARI, RAMANA e SKINNER, 2010)

Neste contexto, o conjunto de teorias mais adaptado a explicar o processo de pressão empreendido por grupos de interesse na regulação contábil é denominado Teoria dos Grupos de Interesse, também chamada de Teoria Econômica da Regulação (STIGLER, 1971; BECKER, 1983; SCOTT, 2009; CARMO, RIBEIRO, CARVALHO e SASSO, 2012).

Segundo Viscusi, Harrington e Vernon (2005), o principal trabalho que impulsionou o desenvolvimento da Teoria Econômica da Regulação foi feito pelo ganhador do prêmio Nobel, George Stigler em 1971, intitulado: *The Theory of Economic Regulation*. De acordo com os autores, a principal contribuição do trabalho de Stigler não foi tanto pelo poder preditivo de sua teoria, mas pela forma como ele abordou a questão. Stigler (1971) buscava responder a pergunta do porque regular e partiu de duas premissas: (1) de que o estado, que possui o poder coercitivo, atua de forma a utilizar tal poder para aumentar o bem estar de grupos de interesses e (2) que o regulador como todo agente racional, busca sempre a maximização do seu bem estar por meio de um maior apoio político. Estas duas assunções resultaram na hipótese principal de sua teoria de que a regulação surge em resposta às demandas de grupos de interesses que agem sempre na busca de maximizar a sua utilidade.

Posteriormente ao trabalho de Stigler (1971), surgiram outras abordagens complementares que avançaram um pouco mais na questão da pressão dos grupos de interesse (POSNER, 1974; PELTZMAN, 1976). Entre estes trabalhos está o desenvolvido por Becker (1983). Diferentemente do trabalho de Stigler (1971), que explicava a existência de regulação com base na busca do legislador por maximizar o seu suporte político, Becker (1983) afirmava que o processo regulatório era fruto da competição entre diferentes grupos de interesse, onde o mais influente conseguia prevalecer e ganhava a mais valia resultante do processo regulatório.

2.2 Lobbying nos Normatizadores Contábeis

A pressão de grupos de interesse (*lobby*) no processo de normatização contábil promovido pelo IASB, bem como pelo seu antecessor o *International Accounting Standard Committee* – IASC e seu congênere norte-americano o *Financial Accounting Standard Board* - FASB, tem sido objeto de estudos internacionais, por meio de diferentes abordagens.

Pesquisas realizadas por Watts (1977) e Watts e Zimmerman (1978) buscaram discutir o processo de *lobby* corporativo na elaboração de normas contábeis emitidas pelo FASB, por meio do uso de um referencial baseado na teoria econômica, com ênfase na teoria da agência, explicando que o processo de normatização contábil é produto do mercado e de processos políticos onde indivíduos e grupos interagem buscando maximizar a sua própria utilidade.

Nesta linha, Solomons (1978) já argumentava que o processo de elaboração de normas contábeis pode ser visto como um processo político, não sendo necessariamente guiado por aspectos técnicos ou teóricos, onde existe a possibilidade de conflito tendo em vista que as partes envolvidas podem buscar exercer pressão para obter ganhos em particular. Watts e Zimmerman (1986), ao analisar a literatura existente sobre regulação econômica, comentam que esse processo político gera uma competição entre os indivíduos por transferência de riqueza que implica em incentivos para que os mesmos se organizem em grupos a fim de pressionar por seus objetivos.

De maneira complementar, Fogarty, Hussein e Ketz (1994), após analisarem o processo de elaboração de normas pelo FASB, admitem que, ao assumir que tal processo é político, se reconhece que existem diferentes interesses conflitantes entre as partes envolvidas e que estes interesses terão algum impacto na norma a ser elaborada.

Zeff (2002), por ocasião da reestruturação do *International Accounting Standards Committee* - IASC e a consequente criação do IASB, demonstrou preocupação com o processo de pressão política exercida pelos organismos de normatizadores contábeis dos oito principais países (Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos) que colaboraram para sua reestruturação. No seu trabalho, Zeff (2002) alerta para a possibilidade do IASB não alcançar o objetivo de produzir normas isentas de alta qualidade, tendo em vista a possibilidade do mesmo ceder ao *lobby* dos organismos dos países colaboradores que representariam os interesses de seus usuários locais. O autor apresenta, ainda, diversas diferenças de procedimentos contábeis entre os países, exemplificando as indústrias que seriam afetadas. Para Zeff (2002) existe uma real possibilidade de existir um agressivo *lobby* de tais companhias sobre o organismo internacional, via o seu normatizador local.

Preocupação semelhante é apresentada por Königsgruber (2009), para quem alguns gestores ou empresas podem estar preocupados em ocultar informações financeiras desfavoráveis ou apresentar constantes resultados positivos e para tanto podem ter incentivos para exercer pressão sobre os organismos normatizadores de forma a lhes favorecer. Segundo o autor, para alcançar seus objetivos alguns gestores podem não estar dispostos a agir à vista do público geral, participando do processo normal de consulta. Königsgruber (2009) aponta que, para levar vantagem, os gestores podem utilizar o contato pessoal com os membros do normatizador a fim de alavancar seus ganhos. Para justificar seus comentários ele apresenta exemplos de casos envolvendo contribuições de corporações para organismos normatizadores relacionadas aos interesses das mesmas nas normas contábeis discutidas pelo órgão.

Por outro lado, Tandy e Wilburn (1996) observam que a participação dos

grupos de interesse no processo de elaboração de normas não é só importante, mas necessária para garantir legitimidade ao referido processo. Tal opinião também é compartilhada por Jorissen, Lybaert e Van de Poel (2006) para quem a ação de *lobby* indica a magnitude do interesse despertado pelo assunto nos usuários da contabilidade e revela os potenciais problemas e custos relacionados com a utilização das futuras normas.

Ponto de vista similar é apresentado por Scott (2009) que comenta que, embora os normatizadores contábeis possam ser guiados pela utilidade decisória e redução da assimetria de informação, estes critérios não são suficientes para garantir uma normatização exitosa, pois, “adicionalmente é necessário considerar os interesses legítimos de gerentes e outros constituintes, e ter uma atenção cuidadosa ao devido processo normativo” (p. 496)

Observa-se que várias pesquisas têm reforçado a natureza política do processo de normatização contábil, revelando que a ação dos interessados por meio da atividade de *lobbying* influencia o resultado final de tal processo. No entanto, apesar de tal atividade buscar trazer para os seus interessados benefícios em particular, essa ação é considerada por alguns autores, como natural e necessária a fim de assegurar a legitimidade da norma a ser elaborada.

Outros trabalhos buscaram identificar os determinantes da participação das partes interessadas nos processos de elaboração de normas contábeis. Sutton (1984) desenvolveu um modelo baseado na premissa de custo versus benefício para explicar quando os interessados tomam parte do processo de *lobbying*, concluindo que os lobistas decidem participar do processo somente quando os benefícios do *lobbying* (os ganhos potenciais, normalmente medidos pelos impactos no fluxo de caixa futuros), ajustados a probabilidade de a pressão exercida ocasionar mudança no processo de elaboração das normas, excederem os custos do exercício dessa pressão (que dependerá da forma com que a pressão será exercida, de contribuições para associações de interesse, ou para o próprio normatizador, ou até mesmo o custo do simples envio de correspondências).

Percebe-se, como característica comum entre as pesquisas, que a motivação para a participação nos processos de consulta em relação à elaboração das normas contábeis passa, necessariamente, pela possibilidade percebida pelo lobista de influenciar no resultado final do processo, observação já apresentada por Watts e Zimmermann em seus trabalhos precursores (WATTS, 1977; WATTS e ZIMMERMAN, 1978).

Buscando identificar quem são os participantes do *lobbying* em relação aos normatizadores contábeis, Tandy e Wilburn (1992) tentaram caracterizar os participantes do *lobbying* em relação às 100 primeiras normas emitidas pelo FASB, utilizando para isso, da análise das cartas de comentários enviadas pelos interessados, em resposta as correspondentes minutas de exposição das referidas normas. O trabalho concluiu que as indústrias representaram o grupo com o maior nível de participação, com mais da metade de todas as cartas enviadas, seguido pelo grupo dos contadores e das empresas de serviços financeiros.

Já Larson (1997) analisou o processo de *lobby* empreendido pelas empresas, identificando suas características, e percebeu que aproximadamente 85% das que responderam aos processos de consulta referentes as normas emitidas pelo IASC, no período 1989 a 1994, estavam incluídas entre as 500 maiores corporações listadas pela revista *Forbes* e que quase a totalidade delas transacionavam suas ações em mais de um país. A partir destas e de outras evidencias o autor sugere que, apesar do tamanho ser um indicador importante para caracterizar o processo de *lobby* corporativo, a principal característica das empresas é fato das mesmas terem suas ações transacionadas em outros países, que não os de suas origens e que a preocupação com os custos relacionados ao cumprimento de normas contábeis distintas entre os países é a principal motivação para empreender tal atividade.

Utilizando-se de eventos específicos, outras pesquisas têm buscado identificar as características dos participantes de *lobbying* em relação ao IASB ou seu antecessor o IASC. Larson e Brown (2001) investigaram a atividade de *lobby* por meio da análise das cartas de comentários em relação à minuta de exposição sobre as alterações na norma relativa a contratos de construção, a IAS 11. Hodges e Woods (2004) e Yu (2006) realizaram trabalho semelhante, analisando as cartas de comentários em relação as alterações da IAS 39, que trata sobre instrumentos financeiros e Hansen (2011) investigou a influência de algumas características dos lobistas em relação aos cinco primeiros *exposure draft* emitidos pelo IASB após a sua reformulação em 2001.

Percebe-se que a consciência da natureza política da atividade de elaboração de normas contábeis e a preocupação com o *lobbying* neste processo são temas recorrentes, investigados por pesquisadores ao redor do mundo. Tal tema deve começar a gerar interesse também no Brasil, tendo em vista o caminho de convergência que o país vem seguindo e é nesta lacuna que esta pesquisa se insere. Percebe-se ainda que os trabalhos em relação ao processo de normatização especificamente em relação ao IASB ainda são incipientes e não de contemplam o período mais recente e de maior evidencia do órgão (SHORTRIDGE e SMITH, 2009)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Universo Pesquisado

O objetivo principal desta pesquisa foi verificar a possível associação de características específicas dos respondentes e a sua influência na opinião do Normatizador Internacional, de forma a caracterizar o possível impacto da ação dos grupos de pressão, *lobbying*, no processo de elaboração de normas contábeis empreendido pelo IASB.

Para cumprir tal meta, o universo pesquisado foi o total de respondentes ao *discussion paper* denominado *Leases Preliminary Views*. Segundo o IASB (IFRS, 2011b), foram recebidas 302 cartas de comentários de várias partes do mundo durante o período em que a consulta ficou em aberto, do mês de março a julho de 2009. O *discussion paper* consistia em um questionário com 10 grandes assuntos divididos em 29 questões e disponível ao acesso e participação pública na página do IASB na *internet*, onde foram expostas as opiniões prevalecentes

no *Board* e solicitada a manifestação em relação a concordância ou não dos respondentes, bem como os motivos da possível discórdia.

3.2 Coleta e Classificação dos Dados

Foram analisadas as 302 cartas de comentários relativas ao referido *discussion paper* e identificadas as respostas dadas a principal questão sobre a proposta de nova contabilização de contratos de *leasing* pelas empresas arrendatárias. As respostas foram então confrontadas com a abordagem adotada pelo *Board* no subsequente *Exposure Draft* publicado pelos normatizador em agosto de 2010 (IFRS, 2011b).

No Quadro 1 está descrita a pergunta utilizada por esta pesquisa. Tal questão foi selecionada por permitir revelar a percepção geral sobre a principal mudança sugerida pelo *discussion paper* em relação à contabilização dos contratos de *leasing* pelos arrendatários e por consequência esclarece a opinião prevalecente entre os respondentes sobre o assunto básico da consulta.

Quadro 1 - Questão do *Discussion Paper* – Leases Preliminary Views

Questão 4
Os boards temporariamente decidiram adotar uma abordagem para a contabilização da arrendatária que requer que o arrendatário reconheça: a – um ativo representando seu direito de uso do item arrendado pelo tempo de <i>leasing</i> (direito-de-uso ativo); b – um passivo pela sua obrigação de pagar o arrendamento. Você apoia a abordagem proposta?

Fonte: traduzido de IFRS (2011c, p. 32).

A referida questão foi apresentada dentro do contexto do IASB que sugere a utilização de uma mesma abordagem para a contabilização tanto para o *leasing* financeiro, quanto para o *leasing* operacional. Para o primeiro tipo de *leasing* não haveria nenhuma mudança em relação à norma vigente. No entanto, para o *leasing* operacional a mudança seria significativa, pois atualmente estes contratos são contabilizados como despesa na demonstração do resultado do arrendatário e passariam, a partir da aprovação da norma, a receber o mesmo tratamento do *leasing* financeiro e transitar pelo balanço, aumentando os valores dos Ativos e Passivos das empresas, com todas as consequências que isto pode trazer para a percepção da situação financeira das entidades.

A análise do conteúdo das cartas foi realizada a fim de determinar se o respondente se opunha ou apoiava a ideia sugerida no referido documento. As posições foram classificadas em "a favor"; "contra" e "ausente", procedimento semelhante ao adotado por diversos trabalhos que estudaram o tema de *lobbying* (WATTS e ZIMMERMAN, 1978; KENNY e LARSON, 1993; MCLEAY, ORDELHEIDE e YOUNG, 2000; GEORGIU e ROBERTS, 2004; YU, 2006). No entanto, afim solucionar as possíveis falhas deste tipo de abordagem, o conteúdo geral de cada carta foi analisado com maior atenção procurando identificar as opiniões dos diversos respondentes em relação a outros itens do *discussion paper* que tivessem relacionamento com o assunto tratado na questão

escolhida para a pesquisa, procedimento de segurança utilizado em trabalhos como de Jorissen, Lybaert e Van de Poel (2006) e Hansen (2011).

As 302 cartas de comentários foram então classificadas em diferentes categorias de respondentes, conforme abordagem já utilizada nos trabalhos de Jorissen, Lybaert e Van de Poel. (2006) e Tandy e Wilburn (1992). Os respondentes foram separados em 5 grupos: (1) Preparadores, que compreendem as empresas e associações de empresas; (2) Profissionais Contábeis, que compreendem as empresas e associações de empresas/profissionais ligadas diretamente às atividades contábeis; (3) Normatizadores Contábeis Nacionais e Entidades Governamentais; (4) Acadêmicos e (5) Outros Participantes não compreendidos nas categorias anteriores.

Quadro 2 - Membros votantes do IASB e respectivos países de origem

MEMBRO DO BOARD	PAÍS DE ORIGEM	MEMBRO DO BOARD	PAÍS DE ORIGEM
Robert P Garnett	África do Sul	Gilbert Gélard	França
Warren McGregor	Austrália	Sir David Tweedie	Reino Unido
Amaro L Oliveira Gomes	Brasil	Stephen Cooper	Reino Unido
Zhang Wei-Guo	China	Patrick Finnegan	EUA
Prabhakar Kalavacherla	Índia	James J Leisenring	EUA
Tatsumi Yamada	Japão	Patricia McConnell	EUA
Jan Engström	Suécia	John T Smith	EUA
Philippe Danjou	França		

Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, objetivando verificar se a origem dos membros do *Board*, bem como a sua quantidade são elementos levados em consideração em suas decisões sobre normatização, efetuou-se o levantamento de seus membros votantes no final do ano de 2009 identificando-se em seguida os seus países de origem, conforme demonstrado no Quadro 2. Para tal levantamento recorreu-se ao relatório anual de atividade do IASB publicado em seu *website* na internet (IFRS, 2011c).

A quantidade dos membros votantes do normatizador foi então classificada conforme o país de origem do mesmo e relacionada para cada carta de comentário de acordo com a nacionalidade de seu respondente. Para as entidades multinacionais foi reconhecido como país de origem o local da emissão da carta e quando este não estava disponível, a sede principal da entidade emitente.

A fim de analisar se o valor das contribuições financeiras efetuadas ao IASB pelas entidades dos países dos respondentes exerce alguma influência nas decisões tomadas pelo *Board* em relação ao seu processo de elaboração da norma, foi identificado no relatório anual de atividades do órgão do ano 2009 (IFRS, 2011c) o valor das contribuições efetuadas pelas entidades de cada país à IFRS *Foundation*, organização curadora responsável pelo apoio financeiro às

atividades exercidas pelo IASB. O valor das contribuições foi então classificado para cada carta de comentário enviada ao referido *discussion paper* de acordo com o país de origem da mesma, procedimento semelhante ao utilizado no trabalho de Hansen (2011).

A última classificação utilizada foi para testar se o tamanho do mercado de capitais do país do respondente influencia a atitude do IASB em relação ao seu processo de elaboração de normas. Para tanto, foi identificado o valor da capitalização no ano de 2009 do mercado de capital de cada país disponível na base de dados econômicos do Banco Mundial (The World Bank [WB], 2011). Tal classificação corresponde ao preço das ações das empresas locais listadas em suas bolsas nacionais, multiplicado pelo número total de ações disponíveis no final do ano. A partir da identificação de tal valor, o mesmo foi classificado para cada carta de comentário, de acordo com o seu país de origem.

3.3 Testes Estatísticos

Para atingir o objetivo da pesquisa que é identificar a possível associação de características específicas dos respondentes e os resultados do processo de normatização contábil internacional, foi utilizado o seguinte modelo *Logit*:

$$\text{Resultado} = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 \text{Prep} + \beta_2 \text{Prof} + \beta_3 \text{Norm} + \beta_4 \text{Acad} + \beta_5 \text{Memb} + \beta_6 \text{Finan} + \beta_7 \text{Merc} + \varepsilon)}}$$

Equação (1)

Ao considerar que a classificação do tipo de respondente assume mais de 2 categorias, foram criadas variáveis *dummies* para cada uma delas, exceto para a categoria Outros respondentes, que figurou como categoria de base para a análise das demais variáveis categóricas do modelo. No quadro 3 é possível verificar a descrição das variáveis testadas e o relacionamento esperado como base na literatura. Tendo em vista que o modelo procura descrever o comportamento de uma variável dependente nominal dicotômica, a partir de variáveis independentes métricas e não métricas, a técnica estatística utilizada foi a regressão logística (MAROCO, 2007; FÁVERO *et al.*, 2009; HAIR *et al.*, 2009). Neste teste buscou-se identificar a significância e o sinal dos coeficientes estimados. A tabulação e análise dos dados, bem como os testes estatísticos foram realizados com o auxílio do software Stata 14®.

Quadro 3 – Descrição das variáveis utilizadas na pesquisa

	Descrição Resumida	Relação esperada
Variável Dependente		
<i>Resultado</i>	Variável binária. Representa a posição manifestada pelo IASB no Exposure Draft sobre <i>Leasing</i> emitido logo após o <i>discussion paper</i> . Assume o valor 1 se a opinião do respondente foi a escolhida pelo <i>board</i> e 0 se a mesma não foi a escolhida.	
Variáveis Independentes		
β_1 <i>Preparador</i>	Variável binária. Representa as cartas enviadas por empresas e suas associações. Assume o valor 1 se o respondente estiver classificado no grupo de preparadores e 0 se não estiver.	Positiva
β_2 <i>Profissional</i>	Variável binária. Representa as cartas enviadas por profissionais contábeis. Assume o valor 1 se o respondente estiver classificado no grupo de profissionais e 0 se não estiver.	Positiva
β_3 <i>Normatizador</i>	Variável binária. Representa as cartas enviadas por empresas normatizadores contábeis nacionais e entidades governamentais. Assume o valor 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Normatizadores e 0 se não estiver.	Positiva
β_4 <i>Acadêmico</i>	Variável binária. Representa as cartas enviadas por acadêmicos. Assume o valor 1 se o respondente estiver classificado no grupo de acadêmicos e 0 se não estiver.	Positiva
β_5 <i>Membros</i>	Variável numérica. Representa o número de membros votantes no Board do IASB oriundos do país do respondente.	Positiva
β_6 <i>Financiamento</i>	Variável numérica logarítmica. Representa o montante total das contribuições efetuadas por entidades do país do respondente. (Ln do valor informado pelo IASB no seu relatório anual das contribuições recebidas pela entidade).	Positiva
β_7 <i>Mercado</i>	Variável numérica logarítmica. Representa o valor total do mercado de capitais do país do respondente. (Ln do valor de capitalização do mercado de capitais do país).	Positiva

Fonte: Dados da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

A participação na enquete do IASB mobilizou respondentes de todo o mundo, foram recebidas um total de 302 cartas, sendo que a maioria das respostas veio de países europeus, que totalizaram 143 (47%) participantes, seguidas das respostas dos países da América do Norte com 116 (39%). Nota-se, no entanto, uma participação de destaque para os respondentes dos Estados Unidos com 99 cartas e do Reino Unido com 64 correspondências, que somados representaram um pouco mais da metade (54%) das cartas enviadas ao processo de consulta do IASB. Tal resultado pode ter como um de seus motivos,

além da proximidade com o idioma em que as normas são elaboradas, o fato de tal projeto fazer parte do memorando de entendimento entre FASB e IASB relacionado ao processo de convergência entre as IFRS e o padrão contábil norte americano, o US-GAAP. A quantidade de cartas recebida de acordo com os países de origem dos respondentes e respectivos continentes esta na Tabela 1.

Tabela 1 - Países dos respondentes do *Discussion Paper Leases Preliminary Views*

Continentes	ÁFRICA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA SUL e CENTRAL	ÁSIA	EUROPA	OCEANIA	
	África do Sul (3)	Canadá (16)	Brasil (2)	China (1)	Alemanha (14)	Suíça (8)	Austrália (16)
		Estados Unidos (99)	Chile (1)	Coréia do Sul (1)	Bélgica (13)	Suécia (5)	Nova Zelândia (3)
		México (1)		Emirados (1)	Dinamarca (3)		
				Hong Kong (5)	Espanha (6)		
				Índia (1)	Finlândia (3)		
				Israel (1)	França (14)		
				Japão (4)	Holanda (7)		
				Malásia (1)	Irlanda (2)		
				Paquistão (1)	Itália (3)		
				Singapura (1)	Noruega (1)		
				Taiwan (1)	Reino Unido (64)		
Total	3	116	3	18	143		19
Percentual	1%	39%	1%	6%	47%		6%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à categoria dos respondentes, a maioria das cartas foi enviada pela categoria de Preparadores, que compreendem as empresas e

associações de empresas, com 191 cartas, logo em seguida vêm as categorias de Profissionais, com 58 respondentes; Normatizadores, com 34 cartas e Acadêmicos com 9 participantes. A categoria de Outros respondentes, que basicamente compreendem pessoas físicas sem maiores identificações, totalizou 10 participações. A grande participação de preparadores denota a importância do assunto para o meio empresarial, tendo em vista a possível mudança que o referido projeto trará para a contabilidade das organizações.

Nem todas as cartas responderam direta ou indiretamente a questão selecionada para a pesquisa. Um grande número de cartas enviadas por empresas associadas a *European Public Real Estate Association* - EPRA apresentavam exatamente o mesmo conteúdo, com mudança apenas do nome da empresa emitente e algumas de suas características. Tais cartas tratavam basicamente da solicitação de exclusão das propriedades para investimento do processo de mudança da contabilização para os arrendadores. Algumas delas tratavam, também, de outros assuntos e não se pronunciaram sobre o tema básico da questão da pesquisa. Um sumário com o total de cartas recebidas que responderam a questão escolhida para análise foi apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Categoria dos Respondentes do Discussion Paper Leases Preliminary Views

Categorias	Preparador	Profissional	Normatizador	Acadêmico	Outros	TOTAL
Cartas Recebidas	191	58	34	9	10	302
Não Responderam a Questão da Análise	34	2	3	0	3	42
Incluídas Na Análise	157	56	31	9	7	260
Percentual de Incluídas na Análise	82%	97%	91%	100%	70%	86%
Percentual do Total de Participantes Válidos	60%	22%	12%	3%	3%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A maior participação em relação as cartas válidas foi de Preparadores com 60% do total. Os Profissionais ficaram em segundo com a participação de 22% e os Normatizadores locais e Agências Governamentais em terceiro com 12%. Na distribuição dos respondentes foi perceptível a grande participação de órgãos ou entidades de classes no processo regulatório. Tais entidades foram classificadas na pesquisa de acordo com a categoria que elas representavam. Pode-se inferir com isto que diversos usuários da contabilidade preferem participar do processo de normatização contábil emitindo suas opiniões por meio de entidades de classe ou grupos de profissionais e, desta maneira, aumentar a força de suas ações, ampliando a probabilidade de aceitação das suas ideias (SUTTON, 1984 ; GEORGIU, 2004 ; GEORGIU, 2010).

Cabe destacar, que a participação de acadêmicos foi pouco representativa em relação ao total de respondentes, totalizando apenas 3% das cartas que comentaram a questão de pesquisa, o que confirma a pouca

participação dos mesmos no processo de normatização contábil (TANDY e WILBURN, 1996) e a pouca integração da academia com a prática profissional (INANGA e SCHNEIDER, 2005).

No que diz respeito à opinião dos respondentes em relação as ideias preliminares do IASB, a maioria dos respondentes (62%) foi a favor da proposta do *Board* em relação ao novo tratamento a ser dado para a contabilização das operações de arrendamento mercantil pelas arrendatária. Cabe destacar que em relação às opiniões dos Preparadores, mais da metade rejeitou a proposta (53%), acontecendo o inverso com as categorias de Profissionais, Normatizadores e Acadêmicos, que apresentaram acima de 80% de concordância, conforme resultados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Opinião dos respondentes do *Discussion Paper Leases Preliminary Views*

CATEGORIA DO RESPONDENTE	Questão 4 – Novo tratamento para contabilização de <i>Leasing</i> pelo Arrendatário		
	CONTRA	A FAVOR	TOTAL
Preparador	83 (53%)	74 (47%)	157
Profissional	6 (11%)	50 (89%)	56
Normatizador	4 (13%)	27 (87%)	31
Acadêmico	1 (11%)	8 (89%)	9
Outros Respondentes	4 (57%)	3 (43%)	7
TOTAL	98 (38%)	162 (62%)	260

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma possível explicação para estes resultados, principalmente para o percentual de desaprovação verificado na categoria dos Preparadores, está contida no relato de inúmeras cartas de comentários que manifestaram a preocupação com os possíveis impactos que a mudança pode trazer para as empresas preparadoras das demonstrações, fazendo com que seus Ativos e principalmente seus Passivos sejam aumentados, gerando consequências para a percepção da saúde financeiras destas empresas, podendo influenciar a concessão de crédito para as mesmas e interferindo nas negociações dos contratos de *covenant*, implicando em aumento de custos.

4.2 Análise Multivariada

Para avaliar a significância das características dos respondentes no processo de normatização contábil do IASB e atender aos objetivos da pesquisa, recorreu-se à regressão logística, que, apesar de não pressupor normalidade dos resíduos ou homogeneidade de variância, tal como a regressão linear, requer, no entanto, a ausência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas (MAROCO, 2007; FÁVERO *et al.*, 2009).

Para testar este requisito, utilizou-se da estatística *Variance Inflation Factor* - VIF, ou Fator de Inflação da Variância, para medir o quanto a variância de cada coeficiente da regressão aumenta devido a multicolinearidade entre as variáveis explicativas. Percebe-se que somente a variável Preparador apresenta um VIF próximo do limite de 10, considerado o valor a partir do qual existe uma

maior relação linear entre as variáveis e portanto graves problemas de multicolinearidade no modelo (GUJARATI, 2006).

Considerando os resultados do diagnóstico anterior, todas as variáveis explicativas foram mantidas no modelo e os coeficientes da regressão logística estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultados da regressão logística

Resultado	SE	Modelo Completo			Modelo Stepwise		
		Coef.	Odds	t	Coef.	Odds	t
Preparador	(+)	-0,0291	0,97	-0,04			
Profissional	(+)	2,2334	9,33	2,46**	2,2424	9,42	4,88***
Normalizador	(+)	1,9999	7,39	2,02**	2,0316	7,63	3,64***
Acadêmico	(+)	2,2291	9,29	1,66*	2,2015	9,04	2,05**
Membros	(+)	-0,0464	0,95	-0,45			
Financiamento	(+)	0,0499	1,05	1,31			
Mercado	(+)	-0,0656	0,94	-1,23			
Constante		1,2645	3,54	0,79	-0,1221	0,89	-0,78
Pseudo R2			0,1496			0,1437	
Wald			38,97***			49,52***	
Lroc			0,7212			0,7076	
H-L p>0			0,1761				
Classificação			66,54%			66,15%	
N			260			260	

Obs: */**/** Denota significância estatística bicaudal $p > 0,10/0,05/0,01$. A média da estatística VIF entre as variáveis independentes foi de 4,12 e o maior valor foi de 9,52. O modelo completo foi estimado com erro padrão clusterizado nos indivíduos. O ajuste do modelo foi feito por meio do comando *stepwise* com o critério de *Backward*, nível de significância de 5%. O modelo completo foi obtido por meio da seguinte equação: Resultado = $1 / 1 + e^{- (\beta_0 + \beta_1 \text{Preparador} + \beta_2 \text{Profissional} + \beta_3 \text{Normalizador} + \beta_4 \text{Acadêmico} + \beta_5 \text{Membros} + \beta_6 \text{Financiamento} + \beta_7 \text{Mercado} + \varepsilon)}$

Fonte: Dados da pesquisa.

O modelo com um todo foi significativo a um $p\text{-value} < 0,001$ e apresenta um pseudo R^2 de 0,1496. O modelo portanto tem um poder explicativo de 14,96%, o que não difere muito de outras pesquisas que investigaram o processo de *lobbying* nos normalizadores contábeis que também apresentaram baixo poder explicativo de seus modelos, tais como Georgiou e Roberts (2004) com R^2 de 34%; Georgiou (2005) com R^2 de 28% e Hansen (2011) com R^2 de 40%. No entanto, como normalmente o objetivo deste tipo de pesquisa é analisar o comportamento dos coeficientes, o poder preditivo do modelo tem pouca implicação prática. Quanto aos testes de adequação dos modelos ambos se mostraram adequados. A curva Lroc do modelo completo apresentou área de 0,72 e seu poder de classificação foi de 66,15%, o que pode ser considerado adequado segundo Hilbe (2009). O modelo ajustado apresentou o mesmo padrão. A hipótese nula do teste de Hosmer-Lemeshow (H-L) também não foi rejeitada no modelo completo e isto indica que o modelo possui um poder um poder de classificação adequado (HILBE; 2009). No modelo ajustado não foi possível rodar o teste H-L devido a um reduzido número de graus de liberdade.

A análise dos coeficientes da regressão revelou que as variáveis: Preparador, Membro do *Board*, Financiamento do *Board* e Mercado de Capital, não apresentaram um efeito estatisticamente significativo sobre a variável resultado. Por outro lado, as variáveis Profissional e Normatizador foram estatisticamente significantes a um nível de 0,05, comprovando sua influência sobre o processo regulatório do IASB. Já a variável Acadêmico foi significativa a um nível de 0,10. Estas três características apresentaram efeito significativo sobre o *Logit* da probabilidade de suas respostas influenciarem o resultado do processo de normatização contábil do *Leasing*. No que tange à razão de chances do modelo completo, a opinião dos Profissionais e dos Acadêmicos possui uma chance aproximadamente 9 vezes maior de estar alinhada à visão do IASB. Já para os normatizadores esta chance é 7,39 vezes maior.

Contrariando o resultado esperado conforme a literatura (TANDY e WILBURN, 1992; LARSON, 1997; MCLEAY, ORDELHEIDE e YOUNG, 2000), as evidências encontradas nesta pesquisa não apoiaram o argumento de que as opiniões dos Preparadores são decisivas para o processo de normatização contábil do *Leasing*. Uma possível explicação para este fato pode estar relacionada a polêmica trazida pelo assunto tratado no *discussion paper*, que fez com que as opiniões desta categoria de respondentes tivessem um comportamento bem dividido, conforme pode ser observado na Tabela 3 anterior. Além disto, por conta da pesquisa tratar de apenas um processo de elaboração de normas, a grande participação das empresas e a divisão de opiniões entre elas, contribuíram para que o coeficiente não fosse estatisticamente significativo e resultasse na percepção de que a opinião das empresas não exerce influência nas decisões tomadas pelo normatizador contábil internacional. Neste sentido, apesar da pesquisa ter identificado que a influência da opinião dos preparadores não é significativa para o IASB no seu processo normativo do *Leasing*, outros trabalhos devem ser realizados para que estes resultados possam ser generalizados.

Observa-se ainda que o número de membros no *Board*, o montante de contribuição financeira disponibilizada a IFRS *foundation* e o tamanho do mercado de capitais do país dos respondentes não constituíram elementos significativos a ponto de influenciarem as decisões tomadas pelo IASB em sua norma de *Leasing*. No entanto, como bem observam Sutton (1984), Zeff (2002), Georgiou (2004) e Yu (2006) existem muitas outras maneiras de exercer pressão no processo de normatização contábil, além do envio de cartas de comentários. Portanto, as características investigadas na pesquisa e que não foram consideradas estatisticamente significantes, podem exercer influência em etapas anteriores a emissão dos próprios *discussion papers* e *exposure drafts*. Observa-se, portanto, que para as variáveis cujos coeficientes não se mostraram estatisticamente significativos, a direção de seus sinais não foi levada em consideração, pois não foi possível rejeitar o fato de que tais coeficientes sejam diferentes de zero.

A fim de confirmar as significâncias dos coeficientes das variáveis, Profissional, Normatizador e Acadêmico, excluindo desta maneira o efeito das variáveis não significativas apresentadas no modelo completo, uma nova regressão foi gerada com um modelo econométrico ajustado pelo método *Stepwise Backward (cutoff 0,05)*. O modelo ajustado apresentou-se como

significativo a um p-value < 0,001, trazendo um pseudo R^2 de 0,1437 e confirmando os resultados relatados anteriormente, com as variáveis Profissional, Normatizador e Acadêmico mantendo-se estatisticamente significantes. As razões de chance do modelo ajustado não apresentaram uma variação significativa em relação ao modelo original.

Ao analisar os respondentes das categorias de profissionais contábeis, normatizadores e acadêmicos, percebe-se que as evidências apontaram que a opinião dos mesmos é levada em consideração e exerceu significativa influência no processo de elaboração da norma de *Leasing* empreendido pelo IASB. Tal resultado pode estar ligado ao fato de que, por terem um maior contato com o ambiente de negócios, aliado ao conhecimento tanto das questões técnicas quanto das questões conceituais relativas a contabilidade, estes respondentes apresentam a habilidade para enxergar de forma mais profunda os possíveis impactos dos procedimentos propostos. Esta mesma habilidade pode se constituir em elemento decisivo para suportar, com argumentos bem fundamentados, as opiniões expostas e desta maneira apresentar um maior poder de convencimento a fim de fazer com que a suas ideias sejam prevaletentes no processo de elaboração de normas e funcionem como elemento de *lobbying*, exercendo o efeito pretendido em suas ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou empiricamente a associação de características específicas dos respondentes e a sua influência na opinião do Normatizador Contábil Internacional. O intuito da pesquisa foi detectar o possível impacto de grupos de pressão (*lobbying*) no processo de elaboração da norma contábil sobre *Leasing* empreendido pelo IASB. Para capturar as opiniões e avaliar a sua significância no processo de emissão das IFRS, foram utilizadas as cartas de comentários enviadas ao IASB por conta do *discussion paper* denominado *Leases Preliminary Views* no período de março a julho de 2009, que resultou no *exposure draft Leases* emitido em agosto de 2010.

A pesquisa demonstrou uma forte associação entre o fato de o respondente pertencer aos grupos de profissionais contábeis, normatizadores nacionais ou agências governamentais, ou ainda exercer atividades relacionadas a academia, e a possibilidade de suas opiniões serem prevaletentes no processo de normatização contábil do *Leasing*.

Os resultados da estatística multivariada empregada na pesquisa, por meio do uso da técnica de regressão logística, apresentaram evidências de que o sucesso no processo de pressão (*lobbying*) exercido pelos grupos de interesse está associado ao tipo de *stakeholder* que ele representa. Se profissional contábil, normatizador ou acadêmico existe uma maior possibilidade de obtenção de sucesso no seu intento, o que pode ter como origem, o fato de a participação destes usuários trazer um aumento na qualidade de informações disponíveis para o *Board* tomar as suas decisões.

Por outro lado, não foram encontradas evidências de que os preparadores tenham exercido influência no processo de normatização contábil internacional neste tema. O resultado da estatística multivariada

demonstrou que as opiniões das empresas em geral não foram decisivas para tal processo, pois não foi identificada a associação entre o fato do grupo de interesse pertencer a categoria de empresas e o resultado do processo normativo. Uma possível explicação para este fato pode estar nas características da norma investigada, que por ser bastante polêmica praticamente dividiu as opiniões dos respondentes desta categoria, reduzindo a sua força para influenciar a decisão posterior do IASB.

Adicionalmente, as evidências também não demonstraram que a quantidade de membros nativos no *Board*, o total de financiamento fornecido pelas entidades do país do respondente para a *IFRS Foundation* e o tamanho do mercado de capitais local constituem características significativas de influência nas decisões tomadas pelo *Board* em seu processo normativo do *Leasing*.

Por fim, apesar da validade dos resultados encontrados, e da caracterização da influência dos grupos de pressão no processo normativo internacional, a presente pesquisa tratou apenas de uma única norma, o que implica que seus achados devem ser analisados com cautela, indicando a necessidade de realização de trabalhos futuros, incluindo outras normas, a fim de que seus resultados sejam posteriormente confrontados e assim adquiram maior confiabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, A.; RAMANNA, K. **Towards An Understanding Of The Role Of Standard Setters In Standards Setting**. Working Paper, Harvard Business School, p.10-105, 2010.
- BALL, R. International Financial Reporting Standards (Ifrs): **Pros And Cons For Investors**. Accounting And Business Research, 36 (Special Issue), p.5-27, 2006.
- BECKER, G. S. (1983). **A Theory of Competition Among Pressure Groups For Political Influence**. The Quarterly Journal Of Economics, v.48, nr. 3, p. 371-400, 1983.
- BUSHMAN, R.; LANDSMAN, W.R. **The Pros and Cons of Regulation Corporate Reporting: A Critical Review of the Arguments**. Accounting And Business Research, v.40, nr. 3, p.259-273, 2010.
- CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G.; SASSO, R. C. **Regulação Contábil Internacional, Interesse Público ou Grupos de Interesse? Um Teste Empírico**. In: XXXVI Encontro da ANPAD Rio de Janeiro: XXXVI Encontro da ANPAD, 2012.
- FAVERO, L.P.; BELFIORE, P.; SILVA, F.L.; CHAN, B.L. **Análise De Dados: Modelagem Multivariada Para Tomada De Decisões**. Rio De Janeiro: Elsevier, 2009.
- FOGARTY, T.J.; HUSSEIN, M. A.; KETZ, J. E. **Political Aspects Of Financial Accounting Standard Setting In The USA**. Accounting, Auditing And Accountability Journal, v.7, nr. 4, p.24-46, 1994.
- GEORGIU, G. **Corporate Lobbying In On Accounting Standard: Methods, Timing And Perceived Effectiveness**. Abacus, v.40, nr. 2, p.219-237, 2004.

GEORGIU, G. **Investigating Corporate Management Lobbying In The U.K. Accounting Standard-Setting Process: A Multi-Issue/Multi-Period Approach.** Abacus, v.41, nr. 3, p.323-347, 2005.

GEORGIU, G. **The Iasb Standard-Setting Process: Participation And Perceptions Of Financial Statement Users.** The British Accounting Review, v. 42, p.103-118, 2010.

GEORGIU, G.; ROBERTS, C. B. **Corporate Lobbying In The Uk: An Analysis Of Attitudes Towards The ASB'S 1995 Deferred Taxation Proposals.** The British Accounting Review, v.36, p.441-453, 2004.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**, 4 ed. Rio De Janeiro: Elsevier, 2006.

HAIR JR, J.F.; BLACK, W.C.; BABIN, B.J.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**, 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HANSEN, T. B. **Lobbying of the IASB: An Empirical Investigation.** Journal of International Accounting Research, v.10, nr.2, p.57-75, 2011.

HILBE, J. H. **Logistic Regression Models.** Boca Raton: Chapman & Hall, 2009.

HODGES, R.; WOODS, M. **Principles Versus Politics In The Development Of IAS 39.** In: 4º Asia Pacific Interdisciplinary Research In Accounting Conference, Singapore, 2004.

IFRS - FOUNDATION AND INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD. **Who We Are And What We Do, 2011.** Disponível em <<http://www.ifrs.org>> . Acesso em 01/12/2014.

IFRS - FOUNDATION AND INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD. **Current Projects, 2011.** Disponível em <<http://www.ifrs.org>> . Acesso em 01/12/2014.

IFRS FOUNDATION AND INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD. **Annual Reports. 2011.** Disponível em <<http://www.ifrs.org>> . Acesso em 01/12/2014.

INANGA, E. L.; SCHNEIDER, W. B. **The Failure Of Accounting Research To Improve Accounting Practice: A Problem Of Theory And Lack Of Communication.** Critical Perspectives On Accounting, v.16, nr. 3, p.227-248, 2005.

JORRISEN, A.; LYBAERT, N.; VAN DE POEL, K. **Lobbying Towards A Global Standard Setter - Do National Characteristics Matter? An Analysis Of The Comment Letters Written To The IASB.** In: GREGORIOU, G. N.; GABER, M. (Org). **International Accounting: Standards, Regulations, And Financial Reporting.** 1º Ed. Oxford: Elsevier, 2006.

KENNY, S. Y.; LARSON, R. K. **Lobbying Behavior And The Development Of International Accounting Standards: The Case Of IASC's Joint Venture Project.** European Accounting Review, v.2, nr. 3, p.531-554, 1993.

KONIGSRUBER, R. **A Political Economy Of Accounting Standard Setting.** **Journal Of Management And Governance**, 2009. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/y562x36871501802/fulltext.html>> . Acesso em 01/12/2014.

KOTHARI, S.P.; RAMANNA, K.; SKINNER, D.J. **Implications For Gaap From**

An Analysis of Positive Research in Accounting. Journal of Accounting and Economics, v.50, nr. 2, p.246-286, 2010.

LARSON, R. K. **Corporate Lobbying Of The International Accounting Standards Committee.** Journal of International Financial Management and Accounting, v.8 nr.3, p.175-203, 1997.

LARSON, R. K.; BROWN, K. L. **Lobbying Of The International Accounting Standards Committee: The Case Of Construction Contracts.** In: SALE, J. Timothy (Org). Advances in International Accounting. 14 Ed. Oxford: Elsevier, 2001.

LEUZ, C.; WYSOCKI, P. **Economic Consequences of Financial Reporting and Disclosure Regulation: A Review and Suggestions for Future Research.** Social Science Research Network. 2011. Disponível em: <<http://ssrn.Com/Abstract=1105398>>. Acesso em 01/12/2014.

MAROCO, J. **Análise Estatística: Com A Utilização Do SPSS.** 3 ed. Lisboa: Sílabo, 2007.

MCLEAY S.; ORDELHEIDE, D.; YOUNG, S. **Constituent Lobbying And Its Impact On The Development Of Financial Reporting Regulations: Evidence From Germany.** Accounting, Organization And Society, v.25, p.79-98, 2000.

PELTZMAN, S. **Toward More General Theory of Regulation.** The Journal Of Law & Economics, v.19, nr.2, p.211-240, 1976.

POSNER, R. A. **Theories of Economic Regulation.** The Bell Journal of Economics And Management Science, v. 5, nr.2, p.335-358, 1974.

SCOTT, W. R. **Financial Accounting Theory.** 5 ed. Toronto: Pearson, 2009.

SEC, U. S. S. and E. C. **Acceptance from Foreign Private Issuers of Financial Statements Prepared in Accordance with International Financial Reporting Standards without Reconciliation to U.S. GAAP.** International Series Release n. 1306. 2007. Disponível em <<http://www.sec.gov/rules/final/2007/33-8879.pdf>>. Acesso em 01/12/2014.

SHORTRIDGE, R. T.; SMITH, P. A. **Understanding The Changes In Accounting Thought.** Research In Accounting Regulation, v.21, p.11-18, 2009.

SOLOMONS, D. **The Politicization Of Accounting: The Impact Of Politics On Accounting Standards.** Journal Of Accountancy, v.146 nr.5, p.65-72, 1978.

STENKA, R.; TAYLOR, P. **Setting Uk Standards On The Concept Of Control: An Analysis Of Lobbying Behaviour.** Accounting And Business Research, v.40, nr.2, p.109-130, 2010.

STIGLER, G. J. **The Theory Of Economics Regulation.** The Bell Journal Of Economics And Management Science, v.2 (Spring), p.3-21, 1971.

SUTTON, T. G. **Lobbying of Accounting Standard Setting Bodies in The U.K. and The USA: A Downsian Analysis.** Accounting, Organization And Society, v.9, nr.1, p.81-95, 1984.

TANDY, P. R.; WILBURN, N. L. **Constituent Participation In Standard-Setting: The FASB's First 100 Statements.** Accounting Horizons, v.10, p.92-111, 1992.

TANDY, P. R.; WILBURN, N. L. **The Academic Community's Participation In Standard**

Setting: Submission Of Comment Letters On SFAS N°.1-117. Accounting Horizons, v.10 (Sep), p.92-111, 1996.

THE WORLD BANK - TWB. (2011). **Market Capitalization Of Listed Companies (Current US\$), 2011.** Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/cm.mkt.lcap.cd>>. Acesso em: 01/12/2014.

WATTS, R. L. **Corporate Financial Statements, A Product Of The Market And Political Processes.** Australian Journal Of Management, v.4 (Apr), p.53-75, 1977.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Towards A Positive Theory Of The Determination Of Accounting Standards.** The Accounting Review, v.5, nr. 1, p.112-134, 1978.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.

YU, X. **Lobbying Activity On International Accounting Standard: An Examination Of Lobbying Behavior On Macro Hedging Treatment.** Nottingham University Business School, Nottingham. 2006. Disponível em: <edissertations.nottingham.ac.uk/358/1/chrisdissertation.pdf>. Acesso em: 01/12/2014.

ZEFF, S. A. **Political Lobbying On Proposed Standards: A Challenge To The IASB.** Accounting Horizons, v.16, nr.1, p.43-54, 2002.